



*Município de*

**Lebon Régis**

*Coração do Contestado*



# Plano Anual de Atividades do Controle Interno – PAACI



Município de Lebon Régis - SC

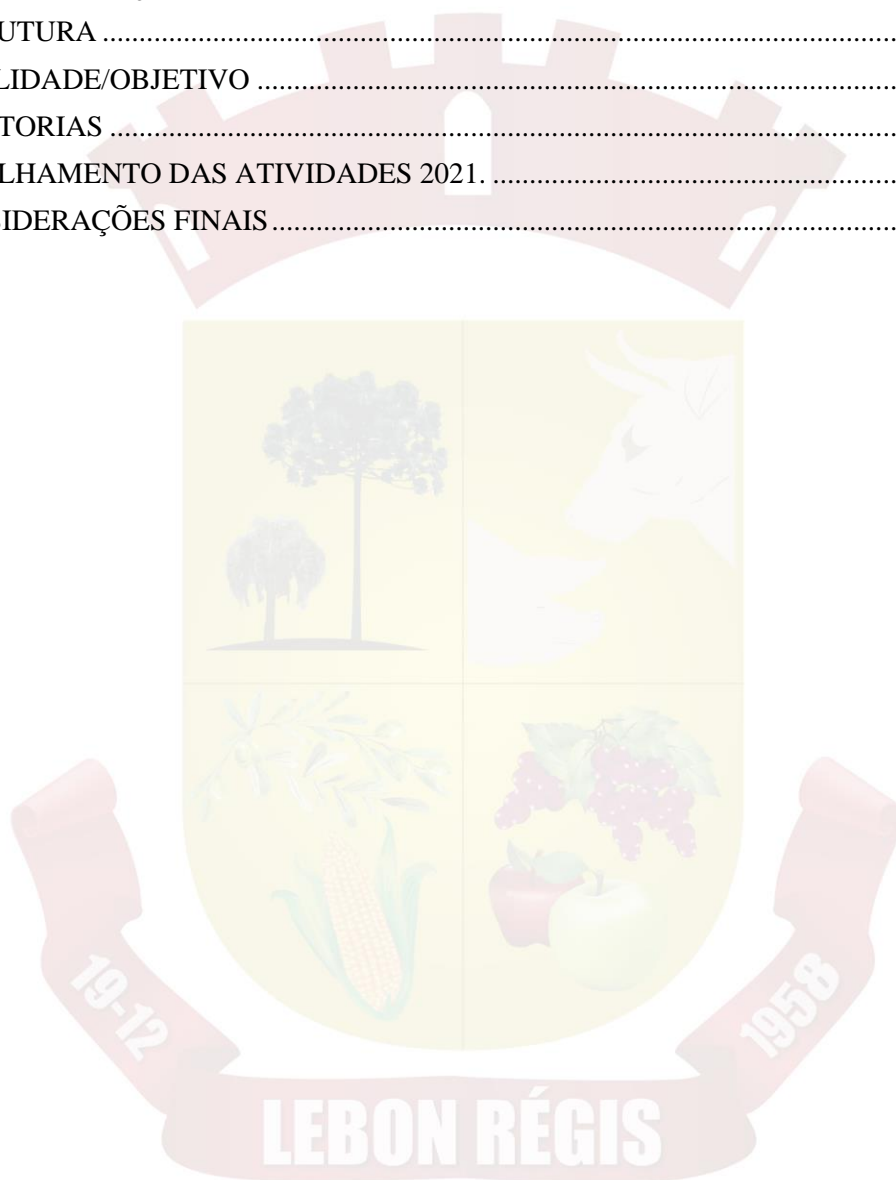
## Exercício de 2021





## Sumário

1 - INTRODUÇÃO .....	3
2 – FUNDAMENTAÇÃO .....	3
3 – ESTRUTURA .....	4
4 – FINALIDADE/OBJETIVO .....	4
5 – AUDITORIAS .....	5
6 - DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES 2021 .....	6
7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	8





## 1 - INTRODUÇÃO

A Controladoria Interna do Município de Lebon Régis-SC, apresenta o PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO - PAACI que estabelece o planejamento das ações de auditoria e demais atividades a serem realizadas no exercício de 2021, no âmbito das Unidades Gestoras sob responsabilidade desta Controladoria.

O PAACI, exercício de 2021 tem como principal finalidade consolidar, por meio de um cronograma, previsão de atividades a serem executadas até o final do citado exercício, estabelecendo prioridades, dimensionando e racionalizando tempo ao nível da capacidade instalada, em termos de recursos humanos e materiais.

Pretende-se a partir de atividades planejadas, a realização de exames que identifiquem se os processos e sistemas administrativos e operacionais, das unidades gestoras, estão sendo conduzidos de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade, economicidade e eficácia dando cumprimento as leis, normas e regulamentos aplicáveis

Bem como verificar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Permitindo assim, a formulação de recomendações que indiquem a melhoria contínua na gestão dos recursos públicos destinados para o desenvolvimento das atividades, preservando os recursos para evitar perdas, mau uso e danos ao patrimônio do município, assim contribuindo para a transformação do “gasto ruim” em “gasto bom”, rumo ao aumento da governança no município.

## 2 – FUNDAMENTAÇÃO

Determina a Constituição Federal em seus artigos 31, 70 e 74, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – oficialmente Lei Complementar nº 101/2000 – em seu artigo 59 que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

No Município de Lebon Régis o Controle Interno foi instituído pela Lei Municipal de nº 041/2003, em 18 de dezembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 1.171/2004, de 05





de março de 2004, o qual detalha as normas e orienta os procedimentos dos principais atos do órgão cediando junto a prefeitura municipal à Rua Arthur Barth, 300 – Centro – 89515-000 Fone: (49) 3247-0188 Ramal: 219 Lebon Régis - SC, abrangendo todos os órgãos e agentes públicos da administração direta, indireta e entidades ou pessoas beneficiadas com recursos públicos do Município de Lebon Régis. Além deste arcabouço jurídico o Controle Interno Municipal deve obedecer às normas específicas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), bem como a Lei Orgânica Municipal e demais legislações específicas.

### 3 – ESTRUTURA

O Município atualmente apresenta uma única unidade de Sistema de Controle Interno para todos os Poderes, sendo esse definido como Órgão Central de Controle Interno e ficando responsável pelo controle do Legislativo e Executivo, incluindo todos os Fundos e o Hospital Municipal Santo Antônio que é uma autarquia.

O Órgão Central de Controle Interno está subordinado ao Chefe do Poder Executivo, abaixo tabela com a atual estrutura e vagas efetivamente preenchidas.

<b>Cargo</b>	<b>Norma Legal</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Vagas</b>	<b>Vagas Preenchidas</b>
Coordenador de Sistema de Controle Interno	Lei Complementar n° 041/2003	Comissão	1	0
Controlador Interno	Lei Complementar n° 043/2006	Efetivo	1	1

### 4 – FINALIDADE/OBJETIVO

No exercício da função administrativa de controle, o Controle Interno deve se assegurar de que a existência de erros e riscos potenciais devem ser devidamente controlados e monitorados, atuando de forma preventiva, concomitante ou corretiva, além de prevalecer como instrumento auxiliar de gestão.



As atividades de fiscalização e auditorias terão a finalidade precípua de avaliar o cumprimento das unidades gestoras quanto ao segmento dos procedimentos das instruções normativas já implementadas e dos postulados legais, bem como recomendar ações corretivas às irregularidades detectadas, com ênfase nos seguintes aspectos:

- I. Acompanhar e apurar a retidão dos atos administrativos, principalmente aqueles que envolvam despesas;
- II. Orientar quanto a adequação e eficácia dos controles;
- III. Verificar e acompanhar o cumprimento das orientações emitidas pelo TCE/SC, limites legais e constitucionais;
- IV. Verificar a aplicação das normas internas, da legislação vigente e das diretrizes traçadas pela Administração, buscando um maior grau de conformidade dos atos de gestão;
- V. Averiguar a compatibilidade dos programas com objetivos, planos e meios de execução estabelecidos;
- VI. Averiguar a integridade e confiabilidade das informações e registros;
- VII. Avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, gerando uma melhor gestão administrativa;
- VIII. Acompanhar a situação do município perante os órgãos de controle externo com o intuito de ter um cenário sempre positivo e sem restrições;
- IX. Acompanhar o prazo de entrega das demandas e obrigações legais do município, a fim de que todos sejam cumpridos; e
- X. Garantir que as informações produzidas sejam integras e confiáveis para a tomada de decisões, bem como para o cumprimento de obrigações de transparência e prestações de contas.

## 5 – AUDITORIAS

A auditoria tem a finalidade principal de avaliar o cumprimento das unidades executoras quanto ao seguimento dos procedimentos administrativos e/ou das Instruções Normativas já implementadas na Administração, baseadas nos princípios da legalidade,





legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como recomendar e sugerir ações corretivas para os problemas detectados, cientificando aos auditados da importância em submeter-se às normas vigentes.

Entende-se, desta forma, a auditoria interna como um elemento de controle, que tem como finalidade controlar, orientar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito dos Poderes, tal qual apoiar o Controle Externo na sua missão institucional assegurando desta forma a regularidade da gestão contábil, financeira, patrimonial e de pessoal.

#### 6 - DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES 2021.

ATIVIDADES	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Elaborar o Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo sobre as contas do exercício financeiro de 2020, que acompanha a prestação de contas do Prefeito, conforme determina a IN n. 20/2015 do TCE/SC.												
Elaborar o Relatório do Órgão de Controle Interno sobre a prestação de contas de gestão, bem como o seu respectivo parecer sobre as contas do exercício de 2020 de cada unidade jurisdicionada do município, conforme determina a IN n. 20/2015 do TCE/SC.												
Elaborar orientações e apontar mecanismos que visem sanar as ressalvas apontadas pelo TCE-SC referente a prestação de contas de 2019.												
Acompanhamento dos processos de concessões e assinaturas dos termos de fomento e colaboração firmados pela Administração Pública												
Elaborar o PAACI para o exercício de 2022.												
Acompanhar a elaboração, revisão e publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	3º Q. 2 0 2 0				1º Q. 2 0 2 1				2º Q. 2 0 2 1			
Acompanhar a elaboração, revisão e publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).	6º B. 2 0 2 0	1º B. 2 0 2 1	2º B. 2 0 2 1	3º B. 2 0 2 1	4º B. 2 0 2 1	5º B. 2 0 2 1						
Realizar bimestralmente o envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado por meio do sistema e-Sfinge e encaminhar aos setores responsáveis relatórios com eventuais consistências não impeditivas do envio de remessa.	6º B. 2 0	1º B. 2 0	2º B. 2 0	3º B. 2 0	4º B. 2 0	5º B. 2 0						





